

O Feminismo e a Igualdade de Gênero no Antigo Egito: Uma Utopia da Emancipação Feminina

Gregory da Silva Balthazar*

Introdução

Discorrer sobre o feminino por vezes é difícil, sobretudo das individualidades desse sexo, que longe de ser tratado como vítima, como proposto por uma historiografia tradicional, tem seu perfil construído ao longo da história. Muitas vezes o historiador que envereda pelos estudos de “minorias”, em especial os estudos sobre mulheres, acaba se deparando com a escassez e/ou com a fragmentação das fontes, o que demonstra que o silêncio como algo comum nas mulheres, pois faz parte de seu papel socialmente construído, assim, escrever uma história das mulheres foi durante muito tempo uma questão incongruente ou ausente.

De fato, as mulheres permaneceram, até recentemente, à margem da história, em especial, pelo fato de suas ações terem sido subestimadas ou remetidas a uma arena, vista até então, como sendo de menor importância, a saber, o privado.¹ Tal fato abriu espaço para a construção de um problema na reconstituição da história do feminino, bem como fez com que a história se tornasse, pelo menos até metade do século XX, a História da metade da humanidade, ou seja, uma ciência voltada para a ação do *homem* no tempo. Entretanto, o século XX foi marcado pela ação de um movimento de contestação social: o feminismo², o que levou historiadoras à:

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Profa. Dra. Renata Senna Garraffoni. Pesquisador adjunto da **Comissão de Estudos e Jornadas de História Antiga (CEJHA)** da PUCRS. E-mail: gsbalthazar@gmail.com

¹ Bonnie Smith (2003: 13) propõe que o desenvolvimento da história científica, para além dessa dicotomia privado/feminino X público/masculino, está intimamente ligado à definições evolutivas de masculinidade e feminilidade. Dessa forma, a historiadora define o gênero como parte constituinte do relato histórico, isto é, o gênero, enquanto política, torna-se uma marca distintiva de uma hierarquia na historiografia.

² Julia Kristeva (1986) defende a existência de três gerações de feministas: a primeira propunha um igualitarismo de direito entre homens e mulheres, baseando-se no princípio da identificação com os valores da racionalidade dominante dos estados-nações; a segunda geração, pós-68, é definida pela proposição radical da diferença entre a identidade masculina e feminina, postulava, portanto, uma existência antagônica entre os sexos e uma prática feminista separatista e sexista; a terceira geração, na qual a autora se incluía, advogava a manutenção da diferença entre sexos/gêneros, ou seja, perceber a mulher como “outro” dentro de um sistema construído para os gêneros, ao mesmo tempo em que criticava a universalidade de uma diferença radical entre os gênero e, assim, defendia a instauração simbólica da multiplicidade de diferença entre a várias formas de relações entre os gêneros.

reivindicar a importância das mulheres na História [o que] significa necessariamente ir contra as definições de História e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’ ou, pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais. A história das mulheres (...) questiona a prioridade relativa dada à ‘história do homem’, em oposição à ‘história da mulher’, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos (SCOTT, 1992: 77-78).

Nessa premissa, o pensamento de Joan Scott, permite entender que esta forma de pensar a história, assim como o movimento feminista, do qual é fruto, passou a contestar a ordem vigente no campo da ciência histórica, ou seja, o domínio masculino da história e sua pré-disposição em tratar somente o homem como objeto de estudo. Assim, as pesquisadoras, da segunda onda feminista, então envolvida com história das mulheres, adotaram como abordagem teórica o patriarcado.

Em uma noção mais básica, como apresentada por Maria Garretas (1994: 72), pode-se definir a estrutura patriarcal como resultado da histórica tomada do poder por parte dos homens sobre as mulheres, cujo agente ocasional foi de ordem biológica, mas que foi elevado à categoria política e econômica. Essa tomada de poder passou forçosamente pela submissão das mulheres à maternidade, à repressão da sexualidade e à apropriação da força de trabalho total do grupo dominado, do qual o primeiro, mas não o único produto, são os filhos. Em consonância a essa visão, conforme apontado por Françoise d'Eaubonne (1977: 7), as feministas se voltaram para teorias antropológicas que definiam a existência de uma forma de comunidade ou cultura humana que, sendo anterior a essa forma social do patriarcado, estava centrada na mulher e na sua fecundidade, que classifica-se em duas formas: o matriarcado e a matrilinearidade. A primeira é a forma social na qual o poder é exercido pelas mulheres, em especial pelas mães, e a última é uma estrutura social na qual a tradição sócio-cultural é transmitida e assegurada pela figura da mulher.³

³ Segundo Carolyn Fluehr-Lobban (1979: 341) a questão da existência ou não de estruturas pré-patriarcais não foi resolvida desde que foi introduzida por Johann Bachofen em 1861. Durante o século XIX, diversos escritores voltaram sua atenção para esta temática e defenderam a existência de estruturas sociais matriarcais, como Lewis Morgna. Já no início do século XX, a antropologia estabeleceu duras críticas ao matriarcado, rejeitando-o de tal forma que transformam a temática em mera curiosidade da história da disciplina. Contudo, o movimento feminista trouxe à baila novamente os debates acerca de sociedades patriarcais, como Joan Branberger.

A busca dessas sociedades pré-patriarcais remeteu os estudos femininos aos períodos da história da humanidade denominados de Pré-história e Antiguidade, como foi o caso do antigo Egito. Assim, as historiadoras utilizaram a antiga civilização faraônica para exemplificar a existência de uma estrutura social matrilinear e de uma igualdade de sexos entre os antigos egípcios.⁴

Nesse contexto, pretende-se, com o presente artigo, contribuir para os debates em torno dessa discussão feminista de estruturas pré-patriarcais, tendo como foco a questão da existência de uma igualdade de gênero no antigo Egito. Para tanto, realizar-se-á uma reflexão historiográfica, que se encontra organizada em dois momentos: o primeiro, dar-se-á por meio do estudo das principais obras estrangeiras utilizadas atualmente como referências para a constituição de uma história das mulheres egípcias e, por conseguinte, as contribuições brasileiras para tal discussão.

Teoria de Gênero e a Falência do Sistema Patriarcal

O aparecimento do vocábulo gênero surgiu do esforço intelectual das norte-americanas que, ao integrarem a terceira geração de feministas, realizaram um revisionismo da história das mulheres e, deste modo, passaram a questionar o caráter primariamente social das diferenças baseadas no sexo. Portanto, passou-se a entender que “estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco, ou nada, a ver com o outro sexo” (SCOTT, 1990: 7), ou seja, a crítica primeira das historiadoras, de que até então se havia escrito somente uma meia história, a do homem, acabou sendo repetida pelas feministas que, em uma radical luta para tornar a mulher um agente histórico, produziram também uma meia história, a das mulheres.

Portanto, entende-se que a categoria gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro,

⁴ O uso da sociedade egípcia como exemplo da existência de estruturas pré-patriarcais podem ser datadas desde o início do século XX, como o trabalho de Margaret Murray. Estudando os casos específicos dos antigos egípcios, romanos e judeus, a autora define a existência de estrutura matrilineares em sociedades que a história classifica como civilizados (1915, p. 307). Logo, seu posicionamento é claro: o termo civilidade, também tem relação com sociedades que estiveram pautadas culturalmente na figura feminina.

uma vez que se constituíram historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados (MATOS, 2000: 16). Nesse sentido, para Joan Scott:

O gênero é então um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras (es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (1990: 16)

Logo, como instrumento teórico, o gênero é a primeira forma de significar as relações de poder, que, como demonstra Michel Foucault (2007: 179), não se encontram localizadas em um lugar específico da estrutura social, pois existem múltiplas relações de poder em um dado corpo social, que são derivados e se estabelecem a partir de um discurso. Para o autor, dentro de uma composição discursiva, da qual nada ou ninguém escapa, ou mesmo que exista limites ou fronteiras, o poder não é uma relação unívoca e, sim, é exercida e desigual (FOUCAULT, 2007: 77). Consequentemente, o discurso “(...) não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; é visto que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009, p. 10).

Assim sendo, ao se propor um estudo do saber científico acerca das relações de gênero no antigo Egito, entende-se que os dispositivos de dominação discursiva, propostas pelo pensamento foucaultiano, estão também implícitos na escrita histórica, pois “os intelectuais também fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso também faz parte desse sistema” e o seu papel é “(...) o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso” (FOUCAULT, 2007: 71). De fato, ao se teorizar as relações de gênero, entendendo-as como um fruto discursivo, portanto uma relação de poder, se está travando uma luta contra o poder, com vistas a fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais indioso (FOUCAULT, 2007: 71).

Destarte, aos historiadores, que se propõe a estudar as relações de poder interna ao sistema do gênero, cabe realizar uma crítica genealógica no que tange os papéis destinados aos homens e às mulheres, pois:

toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias do controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se formam; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais. Entre o empreendimento genealógico, a diferença não é tanto de objetivo ou de domínio mas, sim, de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação” (FOUCAULT, 2009: 66-67).

Foi a partir dessa crítica genealógica foucaultiana que Judith Butler (2008: 9) evidencia, ao tomar esta temática do gênero como foco, que “o ‘feminino’ já não parece mais uma noção estável, sendo seu significado tão problemático e errático quanto o de mulher, e [que] ambos os termos ganham seu significado problemático apenas como termos relacionais”.⁵ Se o caráter mutável do sexo é constatável, talvez, como ainda ressalta a autora, “o próprio construto chamado sexo seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revele-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2008: 25). A autora continua:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (BUTLER, 2008: 25).

Portanto, a proposta feminista de uma teoria do patriarcado, apesar de comprovar e exemplificar a existências de desigualdades entre os homens e as mulheres, tornou-se problemática para uma análise histórica. Primeiramente, “por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe” (BUTLER, 2008: 20), ou seja, as teorias do patriarcado não perceberam em qual estrutura maior o gênero é influenciado e influência. O fator decisivo, entretanto, é o fato da estrutura patriarcal estar pautada em determinismos físicos, ou seja, do processo de dominação tomar forma a partir da apropriação do trabalho reprodutivo feminino pelo homem. De fato, uma teoria que repousa sobre a variável única da

⁵ A afirmação de Judith Butler se contrapõe a definição de Louise Tilly (1994, p. 42), por meio do pensamento da socióloga Ann Oakley: “Sexo’ é uma palavra que faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas (...). ‘Gênero’, pelo contrário, é um termo que remete à cultura: ele diz respeito à classificação social em ‘masculino’ e ‘feminino’ (...). Deve-se admitir a invariância do sexo tanto quanto deve-se admitir a variabilidade do gênero”.

diferença física é problemática para o pensamento histórico, pois, conforme apresenta Joan Scott (1990: 9), ela pressupõe um sentido permanente ou inerente ao corpo humano, longe de uma noção de construção social ou cultural, e por consequência a não historicidade do gênero em si mesmo. Assim, “de um certo ponto de vista, a história torna-se um epifenômeno que oferece variações intermináveis para o mesmo tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa” (SCOTT, 1990: 9).

Tendo a segunda geração de feministas se empenhado em explicar as origens e estruturas patriarcais e, por decorrência, a constituição de uma historiografia impregnada por esta visão teórica – ainda distante de pensar o gênero como uma forma de experiência que constitui e é constituída pelos sujeitos, isto é, uma forma de relação de poder estabelecida discursivamente – como a produção historiográfica sobre a mulher egípcia pensou a questão de gênero naquela sociedade?

Igualdade de Gênero no Antigo Egito?

Como visto, os estudos feministas, por várias vezes, recorreram a uma história das origens, um tempo anterior ao que se conhece por patriarcado. A última metade do século XX foi marcada por debates acadêmicos sobre a existência ou não de culturas pré-patriarcais. Tais estruturas sociais, pautadas na figura feminina, seriam a comprovação científica de que a mulher, assim como o homem, também é capaz de participar da esfera pública e da existência de sistemas igualitários entre os gênero, o que corroboraria com as reivindicações do movimento feminista.

E é em meio a essa busca que a civilização do antigo Egito tornou-se um ponto de referência para os estudos feministas, no momento em que as egiptólogas passaram a ver essa sociedade como um exemplo que comprovava suas teorias de estruturas pré-patriarcais. Contudo, é importante destacar, antes de tentar entender o lugar feminino no antigo Egito, que a sociedade egípcia era altamente hierarquizada. No ápice encontramos a esfera divina, esta era, também, rigidamente estruturada e encontrava-se acima da esfera humana. No topo, da sociedade humana, encontra-se o rei, que se mantinha como um mediador entre a esfera divina e a humana. A família real, por partilhar da posição social do faraó, formava um grupo coeso ao topo da pirâmide social. Em seguida, encontram-se os membros do aparato burocrático do Estado,

formado por uma elite de escribas que, juntamente com suas famílias, constituíam a elite da sociedade egípcia. Este grupo de burocratas era liderado por um vizir, que respondia diretamente ao rei. Logo em seguida estavam os artistas, artesões e outras profissões menores, uma pequena parte dessas pessoas poderia ser letradas. A vasta maioria da população era formada por camponeses não-letrados responsáveis pela produção agrícola, que é a base econômica do Egito (ROBINS, 1995: 4). Nessa perspectiva, deve-se pensar as mulheres egípcias como sujeitos inseridos nessa hierarquização social e não como um grupo homogêneo, o que significa a existência de uma disparidade nas práticas cotidianas do feminino egípcio.

Outro ponto importante é que as fontes, disponíveis para o estudo do Egito, em sua grande maioria, foram produzidas pela elite letrada masculina e, portanto, revelam sua visão sobre a sociedade egípcia. Sendo assim, pouco se pode dizer a respeito das camadas inferiores e, normalmente, um estudo sobre estas devem normalmente ser entendidos como uma visão da elite sobre o campesinato. E, no caso do feminino, já que as principais fontes utilizadas são a escrita e a arte, que foram produzidas com fins específicos, a saber, funções domésticas, funerárias, ou culto divino, sempre se irá ter uma visão masculina, normalmente idealizada, acerca da mulher.

A partir dessas definições, como explicitado acima, é mais prudente iniciar a análise realizando referências a posição social das rainhas e a defesa de estudiosas da ‘teoria da herdeira’. Como visto, na concepção dos egípcios, a pirâmide social da humanidade culmina no rei, que está mais próximo dos deuses e pertence de fato ao seu mundo e não é separável deles. Em casos particulares, apresenta-se aos homens como um deus, o que o torna um objeto de veneração cultural, mas, em primeiro lugar, ele é o administrador do culto divino e representante da humanidade perante os deuses, o que relegava ao rei a manutenção da *maat* (𓄎) – a ordem universal (HOURNUNG, 1994: 239). Nesse sentido, a posição ocupada pelas rainhas no Egito, assim como a do faraó, era determinada pela mitologia e pelo poder divino, ou seja, “(...) a mulher que ocupava a posição de rainha era humana, elas eram, por extensão, removidas da esfera mortal e dotadas de aspectos divinos. A noção de realeza feminina era complementar ao rei, e a conexão entre os dois significava que um não poderia existir sem o outro” (ROBINS, 1996: 42).

Essa ideia de complementaridade feminina, traduzida, em especial, pelo papel desempenhado pela deusa Ísis na cosmogonia heliopolitana, legitimou a importância do papel desempenhado pela esposa e pela mãe do faraó. O mito heliopolitano permite perceber que no início dos tempos homem e mulher constituíam uma unidade física e mental: Atum andrógono. Na luta pelo poder, estabelecido após a criação dos outros deuses, o elemento masculino salientou-se na disputa entre Osíris e Seth e, posteriormente, entre Hórus e Seth. Foi, contudo, o componente feminino, através da ação de Ísis, que proporcionou a legitimação de uma divindade vencedora. Portanto, a ação da deusa resguardou o trono de seu irmão-marido, Osíris, para que, com a deposição de Seth, seu filho, Hórus, assumisse o governo do Egito.

Este mito exemplifica o processo monárquico estabelecido na sociedade egípcia: quando um faraó morre, torna-se Osíris e se estabelece o caos, personificado por Seth, e é a ação feminina que permite o surgimento do novo faraó, Hórus. Essa lógica levou estudiosas a defenderem que o direito do trono, passado de pai para filho, estaria ligado estritamente à figura feminina. Os estudos da egiptóloga americana Barbara Lesko (1987: 1), por exemplo, corroboram com este processo matrilinear onde o trono egípcio seria assegurado pela linhagem feminina.

Esta teoria da herdeira foi retificada pelo trabalho de outra americana. A escritora Barbara Watterson explica que a matrilinearidade foi uma regra que assegurava o trono egípcio, pois a ideia era de que:

(...) um rei herdava o trono através do casamento com uma herdeira da realeza, a filha mais velha da rainha; por causa disso alguns deles casavam com todas as herdeiras, independentemente da consangüinidade. A tradição da matrilinearidade também explica o porquê, apesar dos reis egípcios aceitarem princesas estrangeiras como esposas, princesas egípcias não serem usadas para realizar alianças políticas pelo casamento – isso servia para impedir que governantes estrangeiros reclamassem o trono egípcio (1998: 23-24).

Conforme a autora, a matrilinearidade não se restringia a família real, mas se estendia a todas as famílias egípcias. Assim, a propriedade familiar, bem como o trono, seria legitimada por uma linhagem feminina, de mãe para filho, o que asseguraria à mulher a possibilidade de exercer influências fora da esfera privada e levou os egípcios a se descreverem fazendo alusão ao nome da mãe ao invés ao do pai, por exemplo, Ahmose, filho de Abana (mãe) (WATERSON, 1998: 23).

Há trabalhos, contudo, como o da inglesa Gay Robins, que refutam tais teorias. A egiptóloga, em um estudo sobre a XVIIIª dinastia, comprovou a impossibilidade de se traçar uma linhagem interrompida de mulheres de descendência real. Para tanto, demonstra que o estudo das titulações de “filha do rei”, concedida às mulheres de sangue real, não se provou recorrente na primeira linhagem dinástica do Reino Novo, já que algumas mulheres de sangue não-real receberam tal titulação. Por fim, a estudiosa britânica finaliza seu raciocínio apresentando o fato de que as esposas principais dos faraós Thotmés III, Amenhotep II e Amenhotep III serem de origem não real (ROBINS, 1996, p. 23-24). O livro de Gay Robins, originalmente publicado em 1993, tornou-se a principal referência no que tange o estudo da mulher egípcia, assim levou a um revisionismo historiográfico por partes dos egiptólogos, como por exemplo, o estudo de Barbara Lesko (1996), que mesmo sem citar Robins, retirou de sua obra qualquer menção a existência de uma estrutura matrilinear no Egito.

Nessa premissa, essa aparente estrutura gineocrática do antigo Egito, seguramente, foi algo que permitiu pensar a existência de uma igualdade entre os gêneros naquela sociedade. Contudo, a prova cabal, para comprovar um sistema igualitário entre os sexos, foi a posição jurídica da mulher no Egito, pois, para alguns pensadores, as antigas egípcias usufruíram “milhares de anos atrás (...) de maiores direitos legais e privilégios que as mulheres de muitas nações do mundo de hoje” (LESKO, 1996: 1). A egiptóloga Barbara Lesko (1996: 29) defende que tanto homens e mulheres tinham um status legal idêntico no antigo Egito, pois a lei permitia à mulher possuir e adquirir bens e dispor de suas propriedades, tanto para venda quanto em testamento.

Nesse mesmo parâmetro, sobre a igualdade jurídica egípcia, a francesa Christiane Noblecourt (1994: 207) defende que a mulher se apresentava como “(...), feliz cidadã de um país em que a igualdade dos sexos parece ter sido considerada, desde a origem, como um fato natural e tão profundamente enraizado que o proclama foi sequer levantado. (...). Assim, na Antiguidade, o Egito é o único país que verdadeiramente dotou a mulher de um estatuto igual ao do homem”.

Se as provas documentais para tratar esta questão são muito esparsas, o que não permitindo estabelecer no momento atual uma única biografia completa de uma dama egípcia, conforme aponta a própria Christiane Noblecourt (1994, p. 208), é possível,

então, a partir das fontes legais afirmar a existência de uma igualdade de gênero no Egito?

Ao constatar a existência de uma igualdade legal entre os sexos, Gay Robins (1996, p. 141), ao detalhar que as fontes são pouco numerosas e que foram preservadas por sua natureza excepcional, questionou se as mulheres realmente desempenhavam essa igualdade legal na prática. A egiptóloga britânica, em sua obra, contesta as afirmativas da existência de uma equidade entre os sexos no antigo Egito, pois para ela o papel construído para o feminino, como se pode observar na figura de Ísis, é o de se tornar esposa e mãe. Assim, “a mulher poderia, em seu direito, adquirir bens, por esforço pessoal ou por herança, e em teoria elas eram iguais aos homens perante a lei, mas uma mulher sem a proteção masculina estava, provavelmente, em muitos casos, sujeita a exploração” (ROBINS, 1996: 191).

Além do mais, Gay Robins evidencia que a desigualdade feminina é observável na arte egípcia, pois a mulher é retratada, na maioria das vezes, de maneira inferior ao homem. Portanto, “o fato é que a distinção de gênero existiu como parte de uma estrutura formal da sociedade egípcia e que, em geral, a mulher ocupou um lugar secundário em relação aos homens ao longo da história dos antigos egípcios” (ROBINS, 1996: 141).

Nesse sentido, o lugar relegado à mulher egípcia é o da casa e o da família, mas a mulher egípcia, diferentemente da grega, não foi enclausurada no privado, podendo perpassar livremente os espaços. Qual, entretanto, foram as contribuições da egiptologia brasileira para este debate?

Egiptologia no Brasil: Contribuições para um Debate

A egiptologia brasileira, conforme aponta Margaret Bakos (1998: 87), possui três momentos significantes. O primeiro é datado de 1824, com a constituição de uma coleção de antiguidades egípcias por Dom Pedro I, o Imperador do Brasil, que foi um grande entusiasta da história e da cultura do antigo Egito. O segundo momento, da egiptologia no Brasil, aconteceu no início do século XX durante a transposição do movimento de Arte Nouveau para a Arte Deco. No Brasil, assim como é possível observar na Europa, a influência da arte oriental apareceu primeiramente na arquitetura

e esculturas. Um terceiro momento, datado no final dos anos 1970, pode ser observado com o início dos cursos de pós-graduação em História Antiga em algumas instituições universitárias brasileiras, principalmente na Universidade Federal Fluminense, iniciado em 1988, no estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, falar em egiptologia no Brasil é, obrigatoriamente, fazer referência a trabalhos de dois estudiosos: o Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso, da Universidade Federal Fluminense, e a Profa. Dra. Margaret Marchiori Bakos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Embora os dois estudiosos não tenham pesquisas focas nas questões sobre as relações de gênero no antigo Egito, suas opiniões podem ser analisadas em artigos produzidos por ambos para compor a obra *Amor, Desejo e Poder na Antiguidade*, a convite do Prof. Dr. Pedro Paulo Funari e da Profa. Dra. Lurdes Feitosa.

Em seu texto, o Prof. Ciro Cardoso (2003) realiza uma análise dos papéis de gênero na Literatura Ficcional egípcia do 2º milênio a.C.. Cardoso parte do pressuposto de que é quase um lugar-comum salientar que a situação jurídica das mulheres egípcias era privilegiada em comparação com as demais civilizações antigas, mas salienta que uma coisa é a expectativa, mesmo oficialmente estabelecida e reconhecida, de igualdade jurídica; outra, a possibilidade de exercê-la. Assim, mesmo concordando que não há como contestar a opinião que existe uma igualdade no campo formal da expectativa de direitos e deveres, ou seja, que a mulher egípcia era, sem dúvida, *sui jûris*, o historiador, pautado no pensamento de Barnadette Menu, acredita que os dados que sobreviveram sugerem que as mulheres nem sempre eram capazes de exercer tais direitos (CARDOSO, 2003: 58 -59).

Entretanto, ao analisar o testamento de uma mulher de nome Naunakhete, redigido durante o reinado de Ramisés V (1151-1138 a.C.), Margaret Bakos (2003) acredita na existência de uma liberdade jurídica feminina, bem como uma importância da figura materna na sociedade egípcia. No entanto, a autora levanta a hipótese do documento testamentário ser, na realidade, um texto que pode ser incluído no conjunto literário que convencionalmente intitula-se “Instruções da Sabedoria” ou “Literatura Gnômica”.⁶ Assim, a historiadora conclui que as fontes não permitem realizar uma

⁶ A literatura gnômica é um conjunto literário de cunho educativo (ensinamentos, instruções e correlatos, inclusive ‘sabedoria’), que tem em sua composição reflexões acerca das virtudes morais e os modelos de comportamento básico na educação egípcia (ARAÚJO, 2000, p. 55).

conclusão concreta e, portanto, que os debates em torno das questões da igualdade legal entre os sexos estarem longe de terminar (BAKOS, 2002: 96).

Portanto, é comum a ambos os autores, assim como a outros historiadores brasileiros, que tal debate ainda há muito que se discutir sobre esta questão. Na tese de doutoramento de Haydée Oliveira, que realiza um estudo sobre a mulher na XIX Dinastia (1307-1196 a.C), em específico na aldeia de artesões de Deir el Medina, encontra-se o posicionamento de que há documentos datados desde o Reino Antigo, ainda que esparsos, que comprovam a possibilidade das mulheres de transmitir e administrar propriedades, negociar e fazer contratos de todas as ordens, com qualquer pessoa, e até mesmo com o próprio marido, o que lhe garantia seus bens pessoais (OLIVEIRA, 2005: 161). A mulher egípcia, portanto, tinha o direito de libertar seus escravos, o que muitas vezes implicava em adotá-los. As mulheres podiam levar a juízo casos para julgamento em tribunais, onde, naturalmente podiam comparecer como testemunhas de processos alheios. Ainda sobre seus direitos, podiam repudiar seus maridos e solicitar-lhes o divórcio, ou seja, vistas juridicamente como iguais aos seus pares do sexo masculino. Todavia, todos concordam com o fato da impossibilidade de afirmar até que ponto as leis seriam cumpridas cabalmente ou até que ponto as mulheres poderiam se influenciadas por seus pais, irmãos ou maridos para tomarem decisões jurídicas.

Portanto, tendo em mente que alguns textos literários retratam a mulher como um sujeito inferior ao homem, acredita-se que não se pode realizar afirmações concretas sobre uma equidade entre os sexos na sociedade egípcia. A historiadora Liliane Coelho, a partir de um recorte de sua dissertação de mestrado, recentemente publicado em formato de artigo, trabalha com a idéia de que a situação feminina, em relação ao homem na sociedade egípcia, é de subordinação. Sendo assim, para analisar a vida pública e privada na cidade de Lahun, durante o Reino Médio, a egiptóloga recorre a diversas fontes, como as literárias, que evidenciam os aconselhamentos aos homens de deixarem suas mulheres afastadas das posições de poder, o que revela uma estratificação entre os gêneros no Egito (COELHO, 2010: 111),

É possível, também, encontrar apontamentos brasileiros sobre a questão da existência de uma matrilinearidade no antigo Egito, como é o caso da tese doutoral de Amanda Wiedemann, que tem como mote a situação das relações de gênero na literatura

do 2º milênio a.C.. Cotejando o pensamento de Gay Robins, a autora evidencia que as mulheres, como mães de família, exerciam um grau de autoridade na casa e ocupavam um lugar especial na sociedade e, por isso, estavam aptas a exercer alguma influência fora da esfera doméstica, mas, apesar disso, a estrutura familiar era irremediavelmente baseada na figura do homem (WIEDEMANN, 2007: 109), ou seja, apesar da posição privilegiada das mulheres, pode-se classificar a sociedade egípcia como falocêntrica.

É possível perceber que o papel de mãe (*mwt* – ) possibilitou o entronamento de muitas rainhas como regentes de seus filhos, visando uma estabilidade em períodos delicados de sucessão, como a menoridade do infante. Tal ato preservaria o trono para o herdeiro legítimo, já que afastaria do poder algum familiar homem disposto a dar um golpe e assumir o papel de faraó (SOUZA, 2010: 51).

Todavia, é importante lembrar que o papel das mulheres de âmbito real era complementar ao aspecto divino da realeza masculina. Tradicionalmente, a rainha representava o princípio feminino do universo através do qual o rei varão podia renovar a si mesmo, ou seja, elas proporcionavam herdeiros potenciais ao trono (SOUZA, 2010: 36). É possível pontuar uma emergência do poder feminino durante a XVIII dinastia: primeiramente, como já referenciado, pelo fato de que coube à mulher, muitas vezes, em momentos de crise ocupar cargos importantes, como o de regente; e, também, a descendência direta de algumas rainhas (muitas delas irmãs ou meias-irmãs dos faraós) com os fundadores da dinastia e que, por essa razão, nutriam o interesse na permanência de sua família no poder (SOUZA, 2010: 47).

Contudo, a mulher não poderia ocupar sozinha o trono, pois uma mulher como faraó representava uma contradição a ordem social, levando em consideração o discurso que conectava a imagem do soberano a de deuses masculinos (SOUZA, 2010: 141). De fato, Aline de Souza (2010, p. 142-143) traçou, em sua dissertação sobre as formas de legitimação da rainha Hatshepsut como faraó, que é possível observar, a partir do sétimo ano de regência da monarca, onde ocorre sua auto-proclamação como faraó, uma gradual transferência de representações com fortes características atribuídas ao gênero feminino para imagens completamente masculinizadas da soberana, ou seja, os cânones artísticos reservados ao feminino perdem espaço para aqueles ligados à sua posição de faraó – um soberano varão no auge de seu poder.

As posições que vem sendo tomadas pela historiografia, tanto estrangeiras como brasileiras, são muito distintas. Contudo, defende-se que os estudos comprovam a existência de uma hierarquia entre os sexos e não uma igualdade. Mesmo que muitos ainda defendam uma equidade com base nas fontes de cunho jurídicas, não há um conjunto documental suficiente para sustentar tal afirmativa e sua aplicabilidade social. Em contraste, as fontes literárias e imagéticas, que são abundantes em alguns períodos, como no Reino Novo, demonstram que a mulher ocupava uma posição subalterna ao homem e o respeito que a civilização egípcia nutria pela mulher estava estritamente relacionada com o equilíbrio social, ou seja, em seu papel de esposa e mãe.

Conclusão

O estudo, aqui apresentado, demonstra que, ao se pensar a história das mulheres egípcias, acaba-se tendo que se recorrer a fontes representacionais, tanto iconográficas como as de cunho literário, mas que sempre irão evidenciar a visão dos homens egípcios sobre as mulheres. Essa constatação é de certa forma perturbadora, e cabe aqui questionar se: os estudos egiptológicos, algum dia, irão transpassar esse bloco representacional do feminino? Conseguir-se-á chegar a um conhecimento concreto sobre as mulheres egípcias como sujeitos históricos? Essas perguntas são deveras instigantes, mas no momento sem resposta, pois como revela a egiptóloga Gay Robins:

Pesquisar sobre o antigo Egito é como tentar reparar uma tapeçaria com grandes buracos, da qual a maior parte do desenho foi perdida. Daquilo que sobrou, alguma idéia do padrão pode ser recuperada, mas nos lugares onde muito foi perdido para ser recuperado, não é bom apenas colocar juntos os fios remanescentes para cobrir o buraco como se nada tivesse sido perdido. Alguém pode usar a imaginação e preencher com um novo desenho o risco é ir muito além do original (1996: 16).

Portanto, este assunto não deve ser considerado por encerrado, pois as discussões acerca do real papel das mulheres na sociedade egípcia estão apenas começando. E ao se tentar desvendar o feminino, não se deve olhar para a mulher como um grupo homogêneo, pois ao desempenhar sua face de esposa, de filha ou de mãe, ela adere ao discurso hegemônico e, deste modo, se agrega a um homem e passa a dividir com ele seu lugar social, muitas vezes de forma subordinada.

Entende-se, entretanto, que pelo fato da mulher do antigo Egito ter exercido certa influência na esfera pública e/ou o fato de que muitos homens egípcios

descreverem a si mesmo fazendo alusão ao nome da mãe ao invés daquele do pai foi, durante muito tempo, considerado como provas de um sistema social matrilinear. Permitindo, assim, à teoria feminista encontrar traços de um futuro utópico⁷ neste “antes” imaginário (matriarcado e matrilinearidade), algo que se tornou problemático na materialização de uma noção idealizada do passado, uma retificação de uma esfera pré-cultural do autêntico feminino. Nesse contexto, a filósofa Judith Butler explica que:

Esse recurso a uma feminidade original ou genuína é um ideal nostálgico e provinciano que rejeita a demanda contemporânea de formular uma abordagem de gênero como uma construção cultural. Esse ideal tende não só a servir a objetivos culturalmente conservadores, mas a construir uma prática excludente no seio do feminismo, precipitando precisamente o tipo de fragmentação que o ideal pretende superar (2008: 65).

De fato, a história das origens desmascara as afirmações auto-reificadoras da dominação social masculina, mas em alguns casos acaba promovendo uma retificação politicamente problemática das experiências das mulheres. Acredita-se que essa busca de sociedades pré-patriarcais, como foi o caso do antigo Egito, conforme aponta Linda Zerili (2005: 101), foi, durante a segunda onda feminista, o objeto perdido do qual dependia a liberdade das mulheres, ou seja, a comprovação científica de sociedades estruturalmente dependentes da figura feminina garantiria o futuro das mulheres. Nessa premissa, o uso da antiguidade, neste caso particular a posição social privilegiada da mulher egípcia, se comparada com outras civilizações da antiguidade, foi utilizada por um movimento social moderno, especificamente a segunda geração de feministas, para demonstrar que no passado existiu uma sociedade onde as mulheres não eram dominadas pelos homens e, assim, legitimavam a reivindicação feminista de liberdade sexual, ou seja, biológica.

Contudo, a utilização do gênero como categoria de análise histórica, idealizada pela terceira geração feminista, permitiu às estudiosas perceberem nas fontes uma hierarquia entre os papéis relegados aos homens e às mulheres do antigo Egito. Concluiu-se, portanto, que teoria do gênero é mais coerente para a análise das relações entre os sexos ao longo da história, pois sua posição repousa nas diferenças culturais e torna as relações entre os sexos variáveis e passíveis de críticas, ou seja, historicizáveis.

⁷ Para Michel Foucault (1987: 7), as utopias são formas de consolação, pois, se elas não tem lugar real, acabam desabrochando em um espaço maravilhoso e liso, mesmo que o acesso a elas seja quimérico.

Diferentemente dos determinismos biológicos, proposto pela teoria do patriarcado, que torna a relação entre os sexos uma evolução natural e imutável.

Referências Bibliográficas

BAKOS, Margaret Marchiori. Desdobramentos de um Desejo. In FUNARI, Pedro P; FEITOSA, Lurdes C. *Amor, Desejo e Poder na Antiguidade*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, pp. 29-47.

_____. Three Moments of Egyptology in Brazil. In: *Proceedings of the Seventh International Congress of Egyptologists*. Cambridge, Leuven: Uitgeverij Peters, 1998, pp. 87-91.

_____. Um testamento Materno em Tempos Faraônicos. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 77-96, 2002.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. *Cleópatra, Poder e Sedução: A Imagem Através do Tempo*. Porto Alegre: FFCH/PUCRS, 2009. (Monografia de Bacharelado).

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Gênero e Literatura Ficcional: O Caso do Antigo Egito no 2º Milênio a.C. In FUNARI, Pedro P; FEITOSA, Lurdes. C. *Amor, Desejo e Poder na Antiguidade*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, pp. 49-94.

COELHO, Liliâne Cristina. Representações da Mulher Egípcia Durante o Reino Médio (2040-1640 a.C.) In: BAKOS, Margaret Marchiori; MATOS, Júlia Silveira; BALTHAZAR, Gregory da Silva. *Diálogos com o Mundo Faraônico*. Rio Grande: Editora da FURG, 2010, pp. 9-10.

D'EAUBONNE, Françoise. *As Mulheres Antes do Patriarcado*. Lisboa: Veja Universidade, 1977.

FLUEHR-LOBBAN, Carolyn. A Marxist Reappraisal of the Matriarchat. *Current Anthropology*. Vol. 20, No. 2, June 1979.

FOUCAULT, Michel. *A Palavra e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2007.

HOURNUNG, Erik. O Rei. In: DONADONI, Sergio. *O Homem Egípcio*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, pp. 237-262.

GARRETAS, Maria-Milagros Rivera. *Nombrar el Mundo em Femenino Pensamiento de las Mujeres y Teoria Feminista*. Barcelona: Icaria Ed., 1994.

JESUS, Ana Paula de Andrade Lima; BALTHAZAR, Gregory da Silva; COSTA, Karine Lima. Apresentação. In: BAKOS, Margaret Marchiori; MATOS, Júlia Silveira; BALTHAZAR, Gregory da Silva. *Diálogos com o Mundo Faraônico*. Rio Grande: Editora da FURG, 2010, pp. 9-10.

- KRISTEVA, Julia. Woman's Time. In: MOI, Torill. *The Kristeva Reader*. Londres: Blackwell, 1986.
- LESKO, Barbara. *The Remarkable Women of Ancient Egypt*. Providence: Scribe, 1987/1996.
- MATOS, Maria Izilda. *Por Uma História das Mulheres*. Bauru: Edusc, 2000.
- MURRAY, Margaret. Royal Marriages and Matrilineal Descent. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, Vol. 45 (Jul. - Dec., 1915), pp. 307-325.
- NOBLECOURT, Christiane. *A Mulher no Tempo dos Faraós*. Campinas: Papyrus Editora, 1994.
- NYE, Andrea. *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.
- OLIVEIRA, Haydée. *Mãe, Filha, Esposa Irmã: Um Estudo Iconográfico acerca da condição da Mulher no Antigo Egito Durante a XIX Dinastia (1307-1196 a.C.). O Caso de Deir el-Medina*. Niterói: UFF, 2005. (Tese de Doutorado).
- ROBINS, Gay. *Reflections of Women in the New Kingdom*. San Antonio: Siclen Books, 1995.
- _____. While the Woman Looks On. *KMT*. San Francisco, Fall 1990, vol. 1, pp. 64-65.
- _____. *Women in Ancient Egypt*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2), pp. 5-22, 1990.
- _____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- SOUZA, Aline Fernandes de. *A Mulher-Faraó: Representações da Rainha Hatshepsut como Instrumento de Legitimação (Egito Antigo – Século XV a.C.)*. Niterói: UFF, 2005. (Dissertação de Mestrado).
- TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu* (3), Campinas, pp. 29-62, 1994.
- WATTERSOM, Barbara. *Women in Ancient Egypt*. London: Wrens Park, 1998.